



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Brejo Grande do Araguaia



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Brejo Grande do Araguaia (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

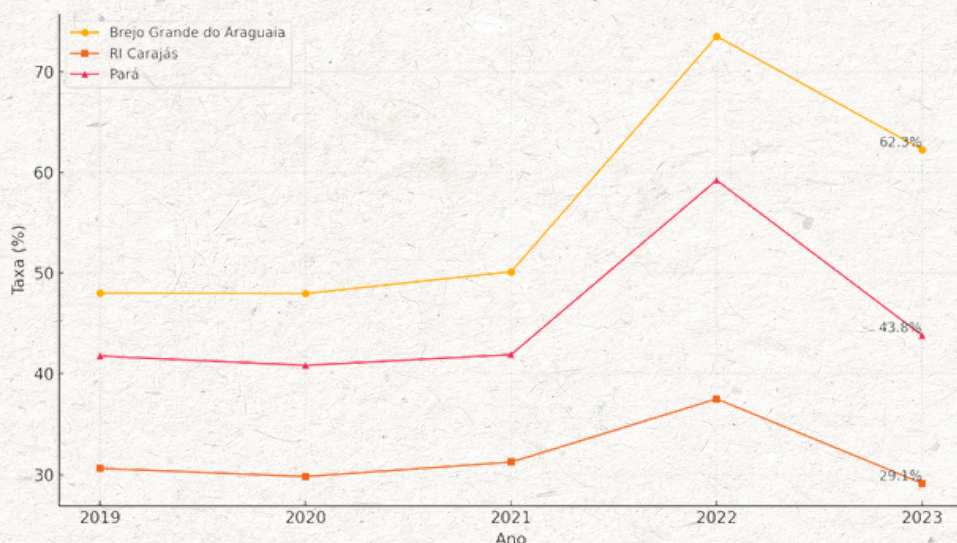
Em Brejo Grande do Araguaia, a taxa de pobreza apresentou estabilidade inicial em 2019 e 2020, ambos com 48,3%, mas subiu para 50,2% em 2021 e teve um salto expressivo para 73,6% em 2022. No entanto, em 2023 houve uma redução significativa, alcançando 62,3%, ainda acima do patamar de 2019. Na Região de Integração (RI) Carajás, a trajetória foi menos volátil: a taxa passou de 30,7% em 2019 para 29,6% em 2020, subindo moderadamente para 31,1% em 2021 e atingindo 37,6% em 2022, com recuo para 29,1% em 2023. No estado

do Pará, a taxa partiu de 41,5% em 2019, caiu levemente para 40,6% em 2020, subindo para 41,9% em 2021, depois disparando para 59,3% em 2022 e recuando para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

Esses dados mostram que a pobreza em Brejo Grande do Araguaia aumentou de forma mais abrupta do que nas escalas regional e estadual, especialmente em 2022. A tendência de 2023 indica recuperação, porém o município ainda mantém a taxa mais alta entre os três níveis. A RI Carajás apresentou a maior estabilidade e fechou 2023



Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

com a menor taxa de pobreza (29,1%). Já o Pará oscilou entre 40% e 60%, refletindo choques socioeconômicos recentes como os efeitos da pandemia e da inflação com um retorno a níveis anteriores apenas parcial. Essa análise revela que políticas públicas precisam ser mais intensas em Brejo Grande do Araguaia, onde os impactos da pobreza foram mais severos (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

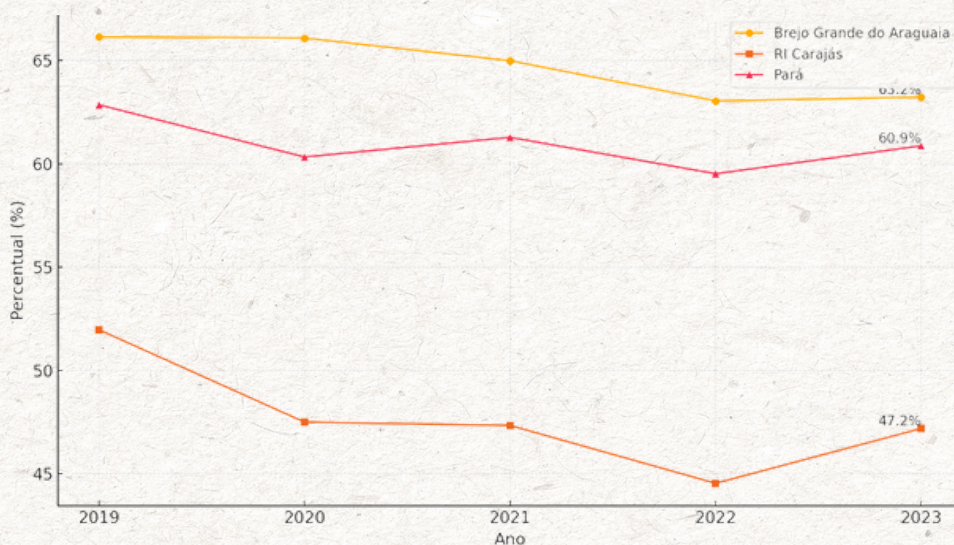
Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Brejo Grande do Araguaia mantiveram-se elevadas e relativamente constantes ao longo do período. Em 2019 e 2020, o percentual foi de 66,1%, caindo levemente para 64,9% em 2021, chegando ao menor patamar em 2022 (63,1%), com ligeira recuperação em 2023 (63,2%). A RI Carajás apresentou um padrão mais instável e inferior: iniciou com 52,0% em 2019, caiu para 47,3% em 2020, manteve-se nesse patamar em 2021, desceu para 44,5% em 2022 e voltou a crescer em 2023, com 47,2%. Já o Pará registrou 62,8% em 2019, queda para 60,3% em 2020, leve subida para 61,2% em 2021, nova baixa para 59,5% em 2022 e retomada para 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

Esses dados evidenciam que Brejo Grande do Araguaia vem historicamente alocando parcela superior de seu orçamento em serviços essenciais, mesmo nos anos de retração, o que pode ser um fator de resiliência social. A RI Carajás, por outro lado, apresenta menores percentuais e maior oscilação, sugerindo uma vulnerabilidade maior na manutenção de políticas públicas essenciais. O estado do Pará, apesar de níveis mais elevados que a região, mostra também flutuações, embora menos intensas. O município, portanto, se destaca pelo compromisso com o financiamento de serviços básicos, o que pode estar atrelado à necessidade de mitigar sua maior taxa de pobreza (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

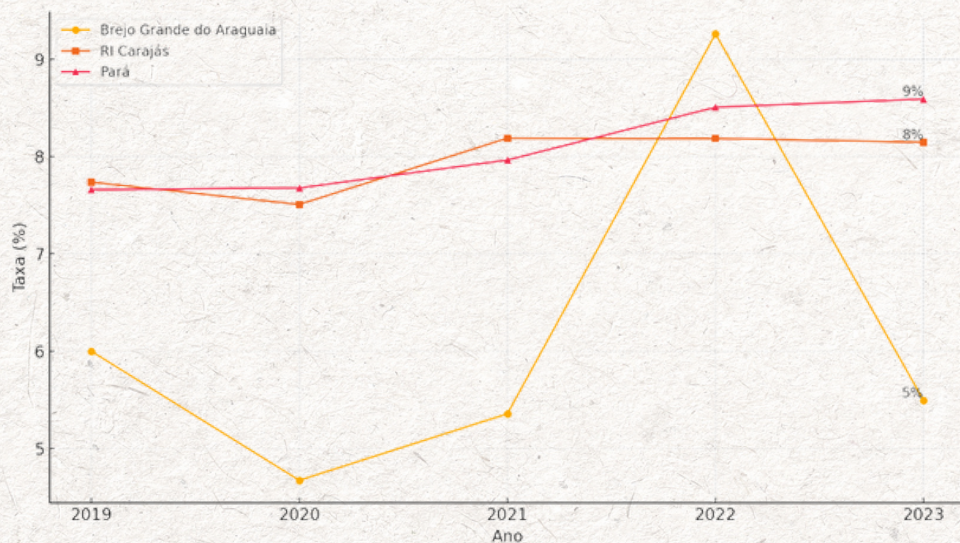
Em Brejo Grande do Araguaia, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer iniciou em 2019 com 6%, caiu para 4,7% em 2020 e 5,4% em 2021, mas saltou expressivamente para 9,3% em 2022, recuando para 5% em 2023. Já a RI Carajás manteve-se mais estável: partiu de 7,7% em 2019, caiu para 7,5% em 2020, subiu para 8,2% em 2021 e 2022, e fechou 2023 com 8%. O estado do Pará também seguiu trajetória de leve crescimento: 7,7% em 2019, 7,6% em 2020, 8% em 2021, 8,6% em 2022 e 9% em 2023 (Gráfico 3).

A série revela que Brejo Grande do Araguaia apresentou maior volatilidade, com quedas e altas significativas, especialmente em 2022, que pode indicar fragilidades pontuais nos serviços de atenção à gestante e ao parto. Em contraste, tanto a região de Carajás quanto o estado do Pará mantiveram níveis mais altos e estáveis, mas sem reduções consistentes. O cenário sugere que, apesar de Brejo ter apresentado picos, terminou o período com desempenho melhor (5%) que os demais níveis territoriais. O

desafio é garantir continuidade da tendência de melhora, reforçando políticas de saúde materno-infantil no município (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

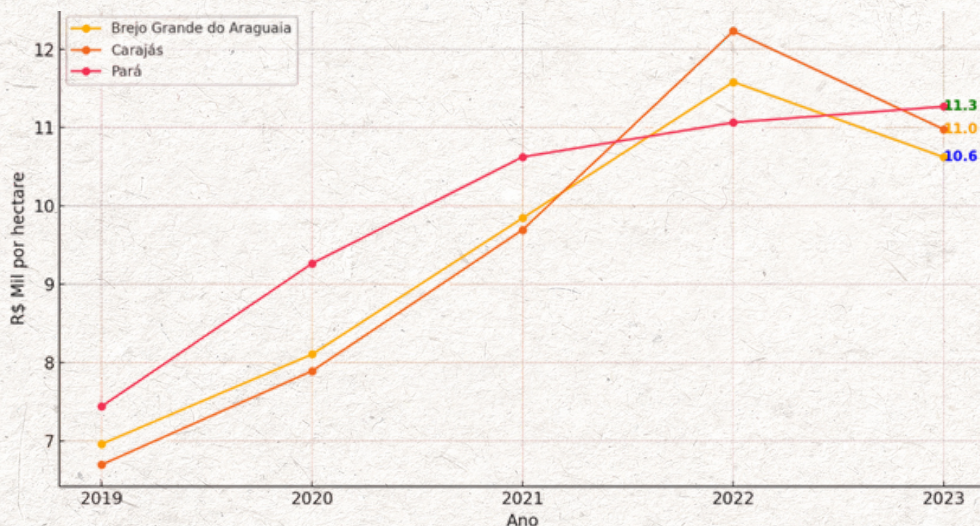
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Brejo Grande do Araguaia cresceu de R\$ 7,0 mil/ha em 2019 para R\$ 8,1 mil/ha em 2020 e R\$ 9,9 mil/ha em 2021. Em 2022, alcançou o pico de R\$ 11,6 mil/ha, mas caiu levemente para R\$ 10,6 mil/ha em 2023. A RI Carajás seguiu padrão semelhante: R\$ 6,7 mil/ha em 2019, R\$ 7,9 mil/ha em 2020, R\$ 9,7 mil/ha em 2021, pico de R\$ 12,2 mil/ha em 2022 e queda para R\$ 11 mil/ha em 2023. Já o Pará começou com R\$ 7,5 mil/ha, foi para R\$ 9,2 mil/ha em 2020, R\$ 10,6 mil/ha em 2021, R\$ 11 mil/ha em 2022 e alcançou o maior valor em 2023: R\$ 11,3 mil/ha (Gráfico 4).

Esses dados indicam tendência de crescimento da produtividade agrícola em todos os níveis, com o Pará alcançando patamar mais alto e sustentado no final da série. Brejo Grande teve desempenho competitivo até 2022, mas a redução em 2023 pode sinalizar questões climáticas, técnicas ou logísticas. A RI Carajás apresentou o maior pico, mas também uma redução final expressiva. A manutenção do crescimento no estado indica maior resiliência do conjunto da cadeia produtiva. Para o município, a prioridade deve ser identificar os fatores que causaram a queda e investir em assistência técnica e infraestrutura rural para retomar a trajetória ascendente (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

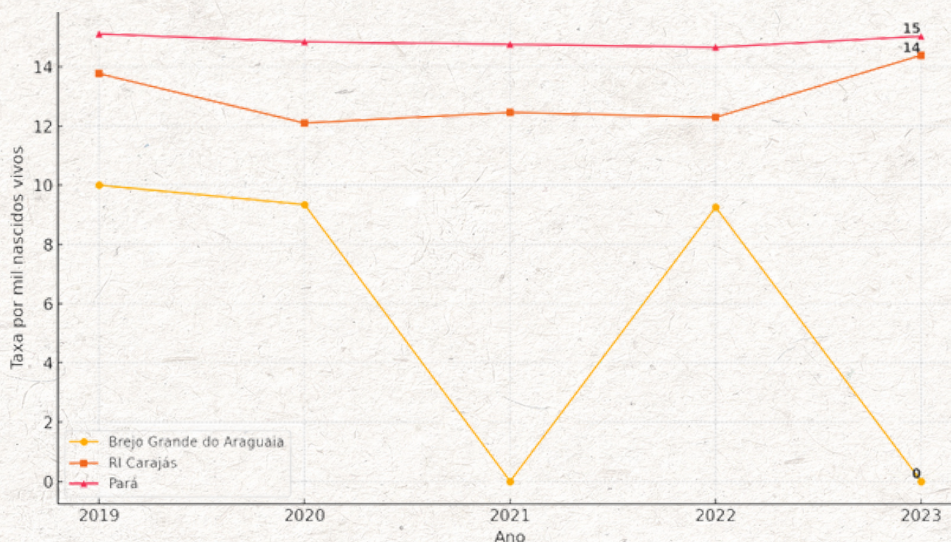
Em Brejo Grande do Araguaia, a taxa de mortalidade infantil iniciou em 10,0% em 2019 e teve leve queda para 9,4% em 2020. Em 2021, houve uma queda abrupta para 0,0%, valor que pode indicar subnotificação ou ausência de registros. Em 2022, o índice voltou a subir para 9,3%, caindo novamente para 0% em 2023. A RI Carajás apresentou maior estabilidade, com 13,8% em 2019, recuo para 12,2% em 2020, seguida de ligeira oscilação: 12,5% (2021), 12,3% (2022) e elevação para 14,2% em 2023. No estado do Pará, o indicador variou pouco: 14,9% em 2019, 14,6% em 2020, 14,5% (2021 e 2022) e 15,0% em 2023 (Gráfico 5).

Essa análise evidencia que, embora Brejo Grande do Araguaia tenha apresentado taxas inferiores ao estado e à região, os dados indicam inconsistência ou forte variação anual que exige cautela na interpretação. A ausência de óbitos em 2021 e quase nenhum em 2023 pode refletir melhorias na atenção à saúde materno-infantil, mas também pode estar associada a problemas nos registros. Já os dados da RI Carajás e do Pará são mais consistentes e mostram um padrão elevado e persistente de mortalidade infantil. Isso reforça a necessidade de ações mais eficazes em saúde básica e neonatal em toda a região, com atenção especial à qualidade da informação nos registros vitais (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta foi alcançada.

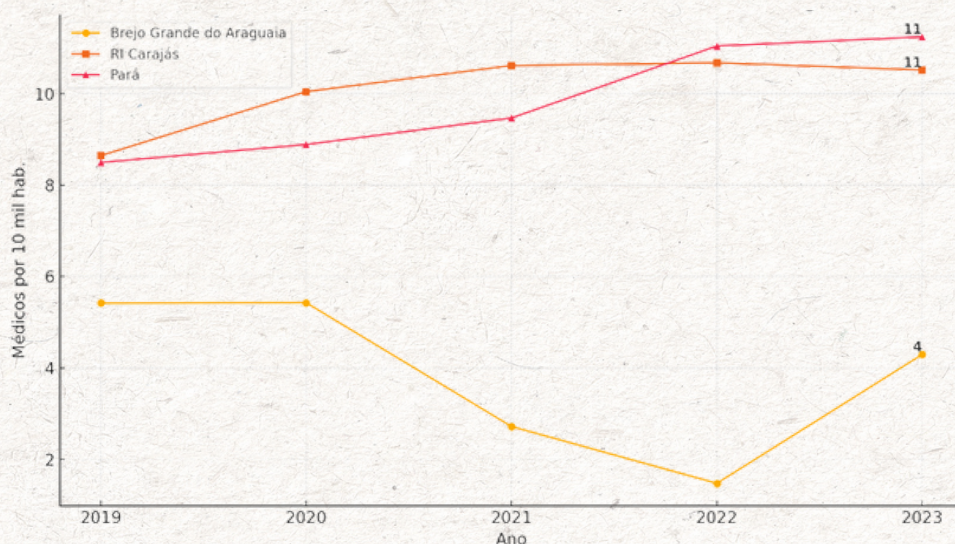
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Brejo Grande do Araguaia apresentou queda na disponibilidade de médicos ao longo da série. Em 2019 e 2020, contava com 5,4 médicos por 10 mil habitantes. A partir de 2021, houve declínio para 2,8, atingindo o menor nível em 2022 com apenas 1,5, e leve recuperação em 2023, chegando a 4,0 médicos. A RI Carajás mostrou crescimento constante entre 2019 (8,6) e 2022 (10,8), com leve redução para 10,6 em 2023. O estado do Pará seguiu padrão semelhante: de 8,5 em 2019 para 11,0 em 2023, com destaque para o aumento mais acentuado entre 2021 (9,5) e 2022 (11,0) (Gráfico 6).

Essa trajetória indica uma desvantagem significativa para Brejo Grande em relação à disponibilidade de médicos por habitante, especialmente entre 2021 e 2022. A queda nesse período pode ter impactado diretamente os serviços de atenção primária e o enfrentamento de emergências de saúde, inclusive infantis. Em contrapartida, a RI Carajás e o Pará vêm ampliando sua força de trabalho médico, atingindo a marca de 11 médicos por 10 mil habitantes em 2023. A retomada do crescimento em Brejo em 2023 é um sinal positivo, mas ainda insuficiente para equiparar-se à média regional ou estadual (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de vagas no ensino público por mil habitantes em Brejo Grande do Araguaia oscilou, porém com tendência de queda ao final do período. Em 2019, o município apresentava 295 vagas por mil habitantes. Esse número caiu levemente em 2020, para 288, e voltou a subir nos anos seguintes, atingindo o pico de 302 em 2022. No entanto, em 2023 houve uma queda acentuada para 281 vagas. Apesar da redução, o município manteve, ao longo de todo o período, valores superiores aos da média regional e estadual (Gráfico 7).

Na Região de Integração Carajás, a trajetória foi de leve

declínio até 2021, com os indicadores passando de 239 em 2019 para 235 em 2021. Em 2022, a região teve uma recuperação e alcançou 219 vagas, mas terminou o período em queda, com 198 vagas por mil habitantes em 2023. Já no estado do Pará, os números iniciaram em 212 em 2019, caíram para 207 em 2020 e voltaram a subir gradualmente, chegando a 219 em 2022. Contudo, o estado também sofreu uma redução em 2023, encerrando com 198 vagas por mil habitantes. Os dados indicam uma convergência negativa entre os três níveis, sobretudo no último ano da série (Gráfico 7).

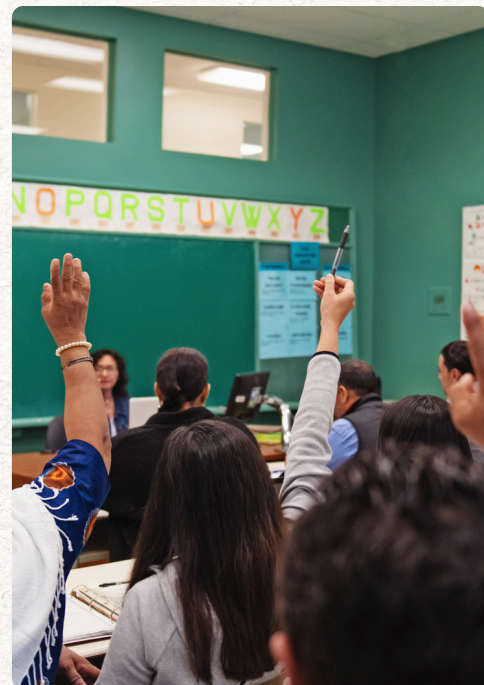
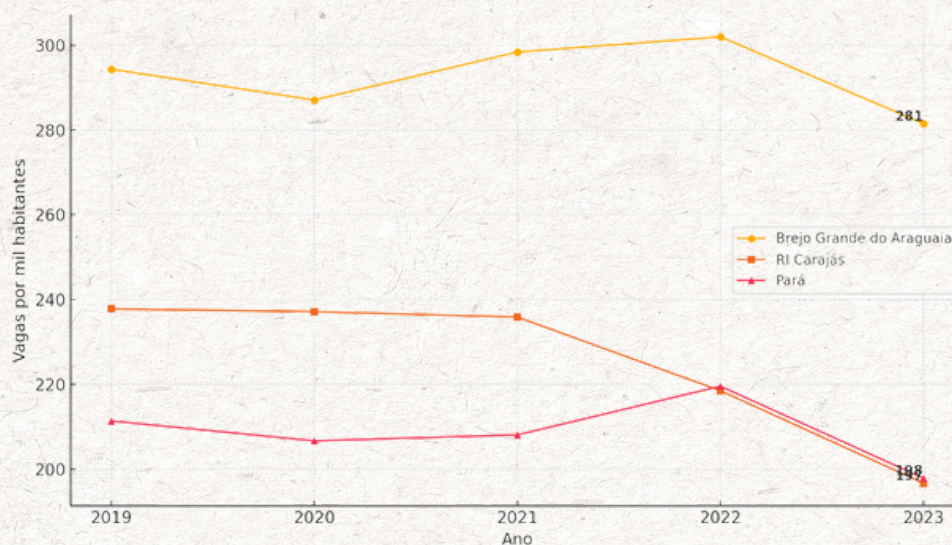


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

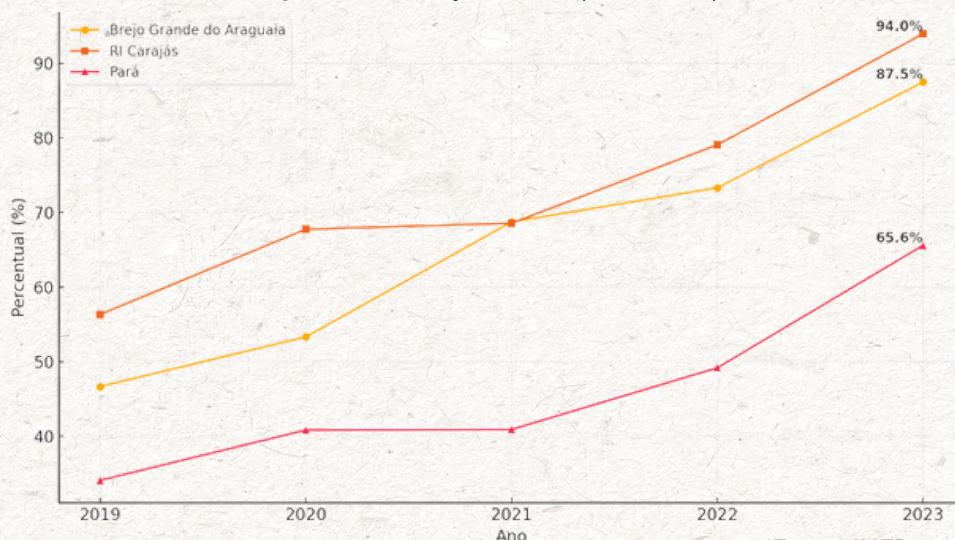
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 281 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Brejo Grande do Araguaia, o percentual de escolas com acesso à internet era de 46,9% em 2019, subindo para 53,1% em 2020 e dando um salto expressivo para 68,8% em 2021. A tendência de crescimento prosseguiu em 2022 com 73,4%, culminando em 87,5% em 2023. A RI Carajás apresentou valores iniciais mais altos, partindo de 56,3% em 2019, chegando a 67,9% em 2020, mantendo-se estável em 2021 (68,3%), e avançando para 78,8% em 2022 e 94,0% em 2023. O estado do Pará começou com 33,7% em 2019, cresceu para 40,8% em 2020, subiu para 41,3% em 2021, aumentou para 49,2% em 2022 e atingiu 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

A análise demonstra avanços significativos no acesso à internet nas escolas, principalmente em Brejo Grande do Araguaia, que teve um crescimento de quase 41 pontos percentuais em cinco anos. O município se aproximou dos níveis da RI Carajás, embora ainda não os tenha alcançado. O estado do Pará apresentou o menor patamar durante toda a série, embora também tenha melhorado de forma contínua. O crescimento nesse indicador é crucial para a modernização da educação, especialmente no pós-pandemia, com a ampliação do uso de recursos digitais em sala de aula. No entanto, persistem desigualdades territoriais que demandam atenção das políticas públicas (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 87,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

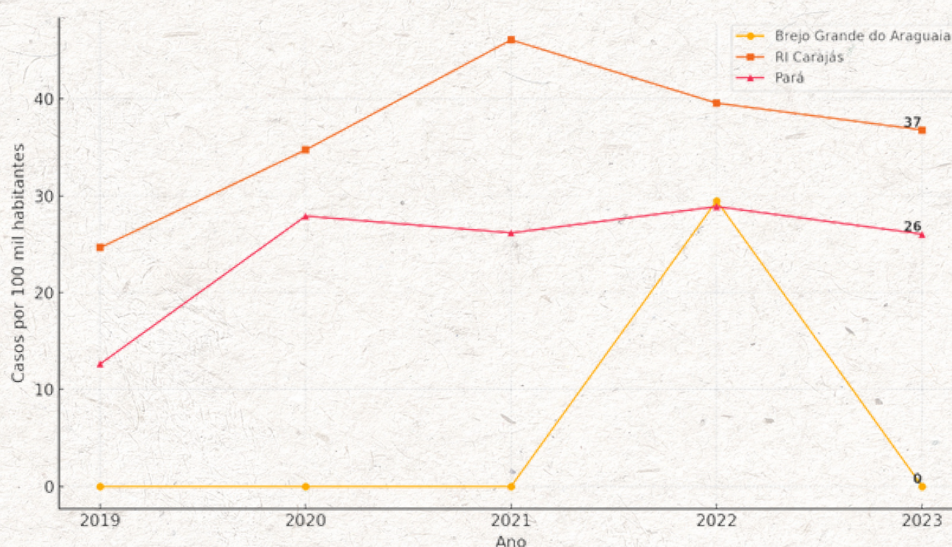


Em Brejo Grande do Araguaia, os registros de violência contra a mulher por parceiros foram nulos entre 2019 e 2021, apresentando um aumento expressivo para 29 casos por 100 mil habitantes em 2022 e, em seguida, retornando a zero em 2023. A ausência de dados nos anos iniciais pode refletir subnotificação ou ausência de denúncias. A Região de Integração (RI) Carajás apresentou crescimento de 24,9 em 2019 para 34,6 em 2020, chegando ao pico de 46,3 em 2021, seguido de redução para 39,3 em 2022 e 37,0 em 2023. Já o Pará teve aumento entre 2019 (12,8) e 2020 (27,8), leve queda para 26,1 em 2021, novo crescimento para 28,9 em 2022 e recuo para 25,9 em 2023 (Gráfico 9).



Esses dados mostram que, enquanto o estado e a RI Carajás apresentaram tendência geral de crescimento e posterior estabilização, Brejo teve um comportamento irregular, com possível subregistro ou oscilação de políticas de apoio à mulher. A elevação súbita em 2022 sugere o início de denúncias ou maior efetividade na coleta de dados. A posterior queda para zero pode indicar recuo nos mecanismos de denúncia ou inconsistência nas estatísticas. O padrão reforça a importância de fortalecimento de políticas locais de acolhimento, proteção e registro de casos, garantindo que os dados reflitam a realidade e subsidiem ações efetivas. (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

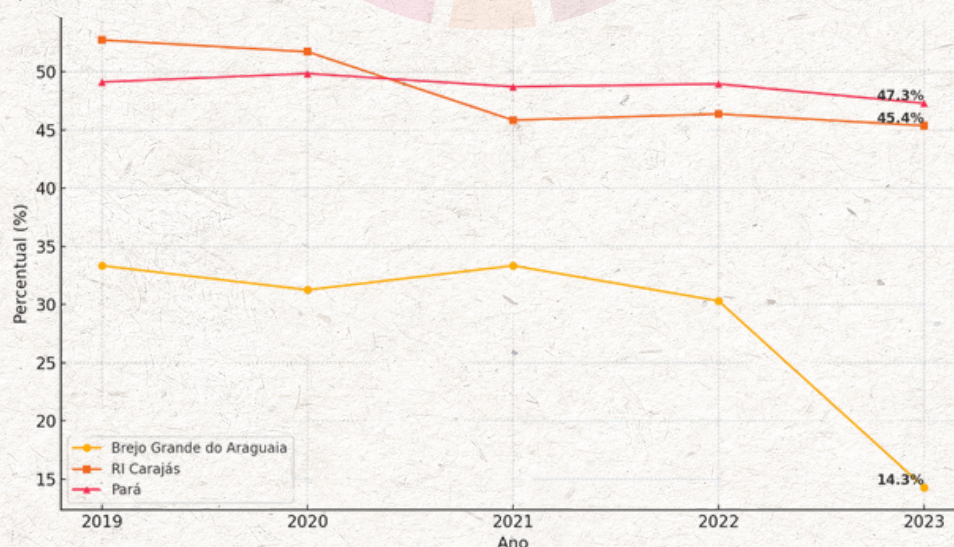
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Brejo Grande do Araguaia iniciou com 33,5% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em 2019, sofreu queda para 31,4% em 2020, recuperou-se para 33,4% em 2021, voltou a cair para 30,3% em 2022 e despencou para 14,3% em 2023. A RI Carajás apresentou valores mais altos, iniciando com 52,4% em 2019, ligeira queda para 51,7% em 2020 e recuo mais expressivo em 2021 (46,0%), com leve recuperação até 45,4% em 2023. Já o estado do Pará variou de 49,0% em 2019 para 49,7% em 2020, caindo gradualmente para 47,3% em 2023 (Gráfico 10).



A análise revela que, enquanto o estado e a região mantiveram percentuais próximos da paridade de gênero em posições de liderança, o município apresentou queda acentuada, especialmente em 2023. Essa retração pode indicar obstáculos institucionais à ocupação feminina de cargos de comando, retrocessos em políticas de igualdade de gênero ou mudanças administrativas locais. A perda de quase 20 pontos percentuais entre 2022 e 2023 acende alerta para a urgência de iniciativas que promovam maior equidade de gênero no setor público e privado em Brejo Grande, como cotas, capacitação e combate à discriminação estrutural (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

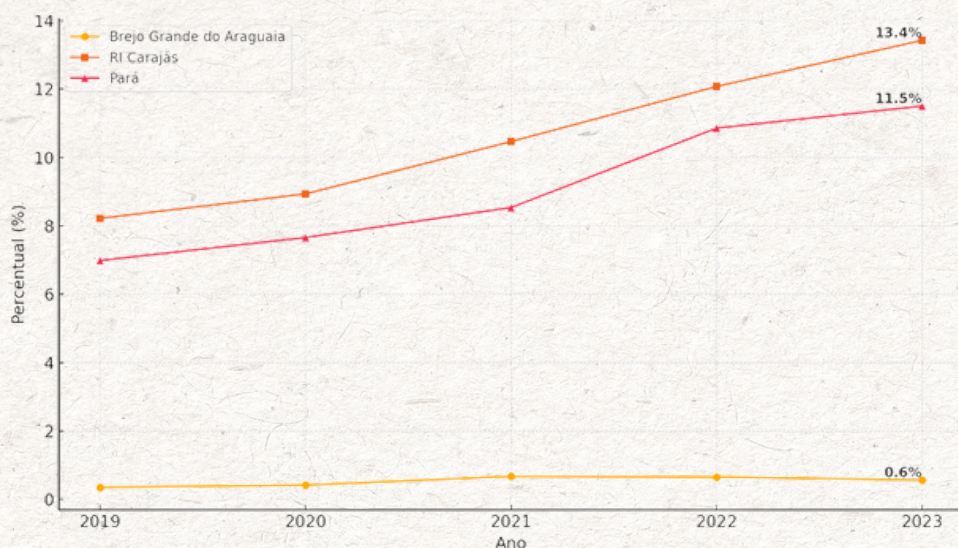
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Brejo Grande do Araguaia, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto manteve-se extremamente baixo durante todo o período, com valores de 0,4% (2019 e 2020), 0,6% (2021 e 2022) e retorno a 0,6% em 2023. A RI Carajás iniciou com 8,2% em 2019 e apresentou crescimento constante até alcançar 13,4% em 2023. O estado do Pará começou com 7,0%, avançando para 7,6% em 2020, 8,5% em 2021, 10,9% em 2022 e finalizando com 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Essa evolução mostra que o município permanece praticamente estagnado em cobertura de esgoto para população de baixa renda, enquanto os demais níveis territoriais apresentaram avanços relevantes. A RI Carajás teve um aumento de 5,2 pontos percentuais no período e o estado do Pará de 4,5 pontos. A persistente exclusão em Brejo aponta para falhas na universalização do saneamento básico, impactando diretamente a saúde pública, especialmente das camadas mais vulneráveis. Isso reforça a necessidade de investimentos urgentes em infraestrutura e programas direcionados para garantir acesso mínimo ao serviço de esgotamento sanitário (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

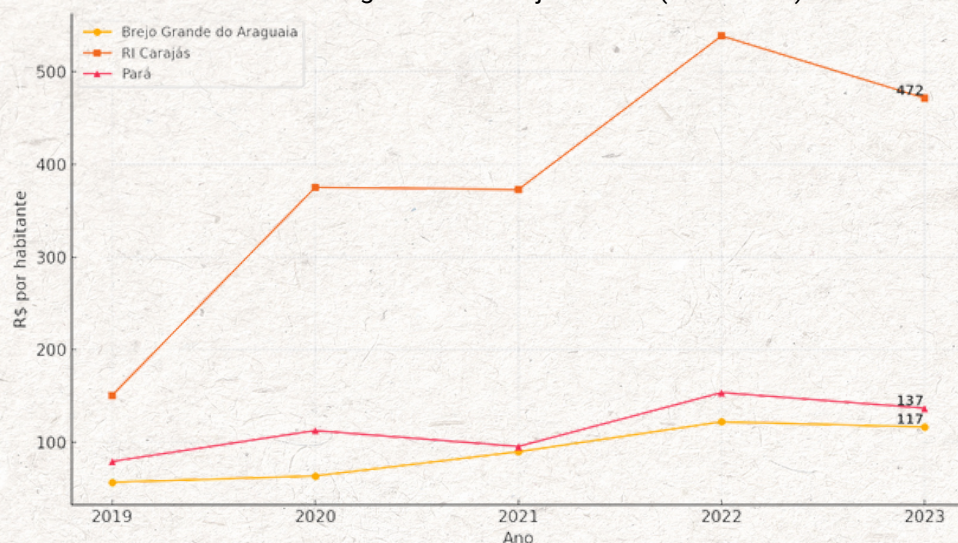
O município de Brejo Grande do Araguaia teve aumento no gasto per capita com saneamento de R\$ 55 em 2019 para R\$ 61 em 2020, R\$ 91 em 2021 e R\$ 122 em 2022, com leve queda para R\$ 117 em 2023. A RI Carajás apresentou valores significativamente mais altos: de R\$ 151 em 2019, saltou para R\$ 375 em 2020, manteve-se estável em 2021, cresceu para R\$ 539 em 2022 e reduziu para R\$ 472 em 2023. O Pará, por sua vez, variou de R\$ 78 em 2019 para R\$ 114 em 2020, R\$ 96 em 2021, chegando a R\$ 153 em 2022 e recuando para R\$ 137 em 2023 (Gráfico 12).

Apesar do crescimento, Brejo

Grande ainda apresenta valores bem abaixo da média regional, o que pode explicar a baixa cobertura do serviço de esgoto. Enquanto a RI Carajás gastou em média quatro vezes mais por habitante em 2023 (R\$ 472) do que Brejo (R\$ 117), os resultados são visivelmente superiores em cobertura de serviços. Ele se aplica ao estado, que com R\$ 137 por habitante já apresenta indicadores mais elevados. Isso sugere que o nível de investimento municipal, embora crescente, ainda é insuficiente para reverter o cenário de exclusão estrutural no saneamento básico da população de baixa renda (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 117/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



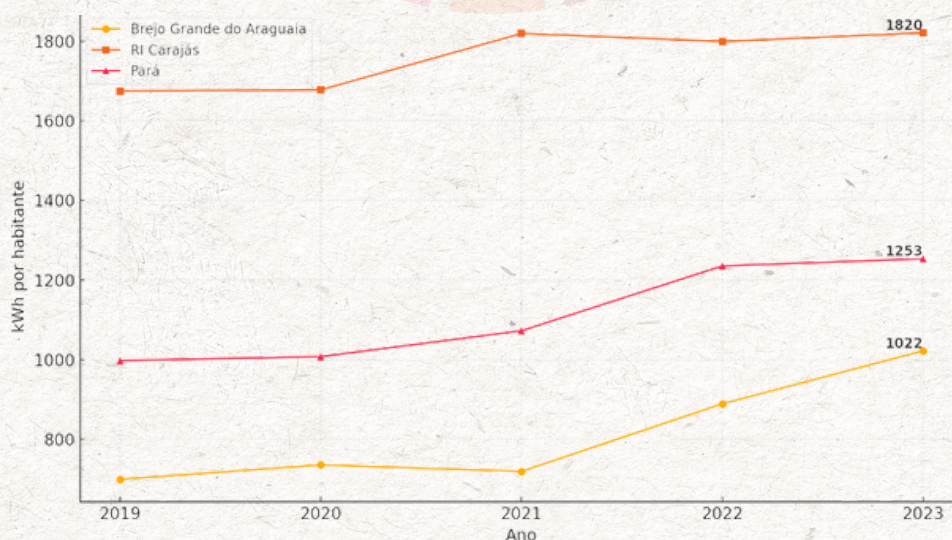
Em Brejo Grande do Araguaia, o consumo de energia elétrica per capita apresentou crescimento expressivo ao longo do período. Em 2019, o valor era de 702 kWh/hab., subindo para 735 em 2020 e recuando ligeiramente para 718 em 2021. A partir de 2022, o indicador disparou para 892 kWh/hab. e atingiu 1.022 kWh/hab. em 2023. A Região de Integração (RI) Carajás manteve os maiores valores em toda a série, começando com 1.680 kWh/hab. em 2019 e encerrando com 1.820 kWh/hab. em 2023. O estado do Pará teve

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

crescimento mais modesto, de 999 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

A análise evidencia que, apesar de ainda estar abaixo das médias estadual e regional, Brejo Grande do Araguaia apresentou a maior taxa de crescimento percentual no consumo elétrico, saindo de um patamar de menos de 750 kWh/hab. até 2021 para ultrapassar os 1.000 em 2023. Essa evolução pode estar associada a melhorias no acesso à energia, crescimento econômico ou aumento da urbanização e uso doméstico. Já Carajás e Pará mantiveram padrões mais elevados e estáveis, refletindo maiores níveis de industrialização ou consolidação de infraestrutura. O avanço de Brejo é positivo, mas ainda indica desigualdade energética em relação aos demais territórios (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.022 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

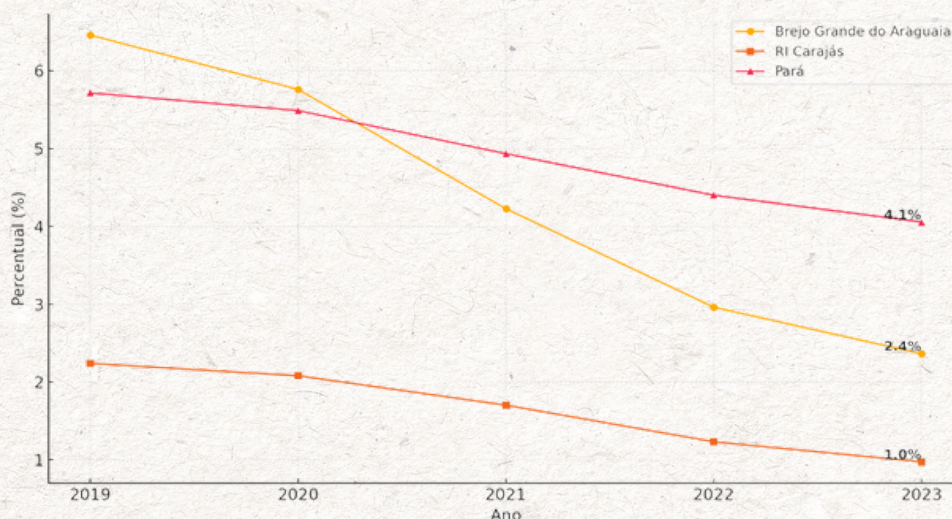
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Brejo Grande do Araguaia iniciou com o maior percentual entre os três níveis territoriais, com 6,4% dos domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil em 2019. O índice caiu para 5,8% em 2020, 4,3% em 2021, 3,0% em 2022 e chegou a 2,4% em 2023. A RI Carajás teve valores significativamente mais baixos: partindo de 2,3% em 2019 para 1,0% em 2023. O estado do Pará iniciou com 5,7% em 2019 e apresentou redução gradual, alcançando 4,1% em 2023 (Gráfico 14).

A tendência revela um processo de substituição da iluminação fóssil por fontes mais modernas, com destaque para a forte redução no município de Brejo Grande, que reduziu o indicador em mais da metade no período analisado. Apesar disso, ainda permanece acima das médias estadual e regional, o que demonstra persistência de bolsões de vulnerabilidade energética. A RI Carajás se destaca por ter atingido quase a erradicação dessa forma de iluminação, enquanto o estado apresenta progresso moderado. O cenário reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a universalização do acesso à energia elétrica segura e renovável, especialmente para populações de baixa renda (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

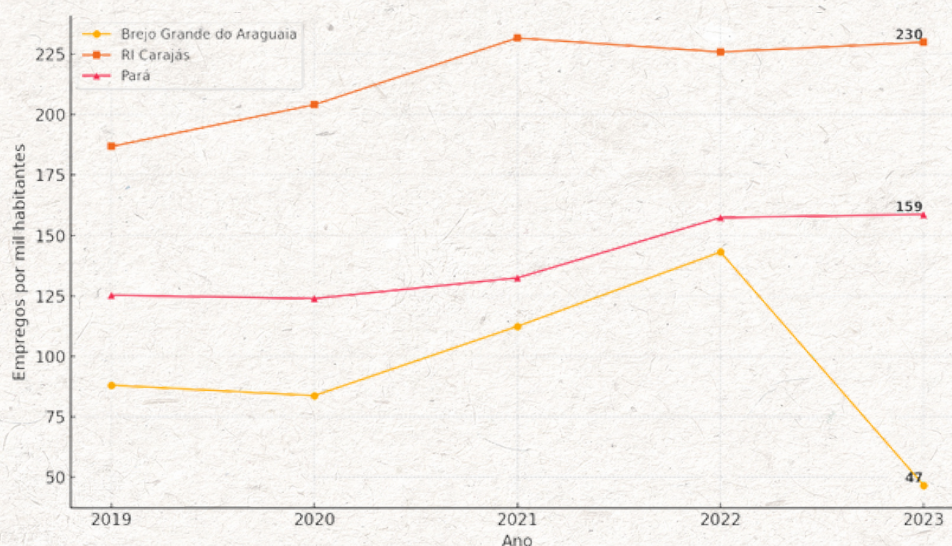


Empregos Formais por Mil Habitantes

O comportamento de Brejo revela forte vulnerabilidade no mercado de trabalho formal, com perda de mais de dois terços dos empregos formais entre 2022 e 2023. Essa queda acentuada contrasta com a estabilidade observada na RI Carajás e no Pará, que mantiveram tendência de crescimento ou estabilidade, mesmo diante de oscilações econômicas. A diferença evidencia uma fragilidade estrutural do município em atrair ou manter empregos com carteira assinada, o que pode estar relacionado à dependência do setor informal, ausência de grandes empregadores ou limitações na qualificação da força de trabalho. O cenário exige atenção das políticas públicas de fomento ao emprego formal e à capacitação profissional (Gráfico 15).

Brejo Grande do Araguaia apresentou trajetória irregular no número de empregos formais por mil habitantes. Em 2019, o indicador estava em 88 e caiu para 83 em 2020. Houve recuperação em 2021 com 113 empregos formais, seguido de forte crescimento em 2022, atingindo 143. No entanto, em 2023, o número caiu drasticamente para 47 empregos formais por mil habitantes a menor taxa do período. A RI Carajás manteve desempenho superior em todos os anos: iniciou com 186 em 2019, avançou para 204 em 2020, 231 em 2021, caiu levemente para 226 em 2022 e fechou com 230 em 2023. Já o estado do Pará teve crescimento contínuo: de 125 em 2019 para 159 em 2023 (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O município de Brejo Grande do Araguaia apresentou crescimento gradual no seu PIB per capita ao longo do período analisado. Em 2018, o valor era de R\$ 10.573 e subiu para R\$ 11.963 em 2019. Em 2020, registrou leve aumento para R\$ 12.694 e, em 2021, houve um salto mais significativo para R\$ 15.762, fechando 2022 com R\$ 16.607. Apesar do crescimento acumulado de aproximadamente 43,9% no período, o município ainda apresenta um dos menores valores da série entre os três níveis territoriais. A Região de Integração (RI)

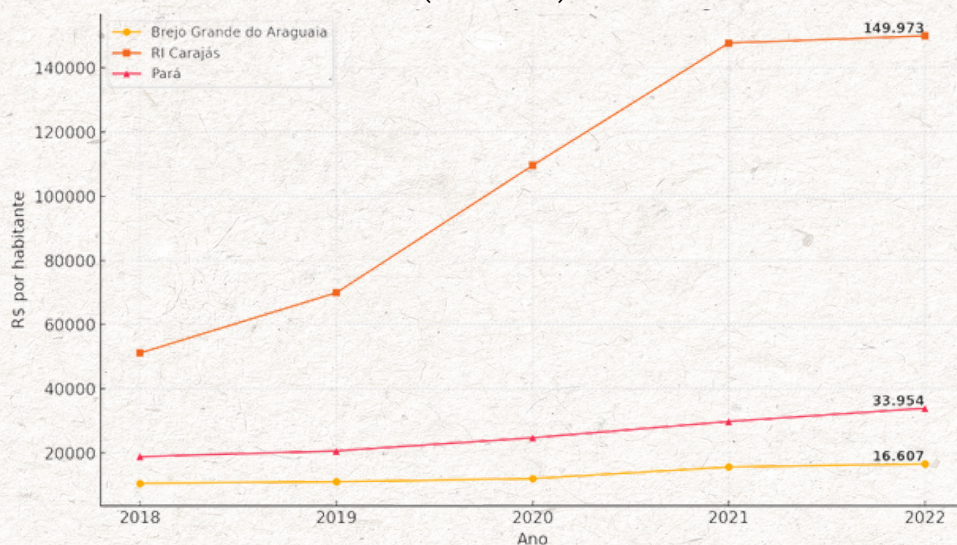


Carajás se destacou de forma expressiva, saindo de R\$ 51.194 em 2018 para R\$ 149.973 em 2022 praticamente triplicando o valor (Gráfico 16).

O estado do Pará também apresentou crescimento contínuo, indo de R\$ 19.338 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Embora tenha desempenho inferior à RI Carajás, o crescimento estadual (75,6%) foi mais acentuado que o observado em Brejo Grande. A diferença entre os níveis territoriais evidencia uma disparidade relevante de renda per capita, com a RI Carajás bene-

ficiada por forte concentração industrial e atividade extrativa, enquanto Brejo Grande mantém um perfil econômico mais modesto e dependente de setores menos dinâmicos. O município precisa de políticas públicas voltadas à diversificação produtiva e atração de investimentos para se aproximar dos patamares regionais (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16.607/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

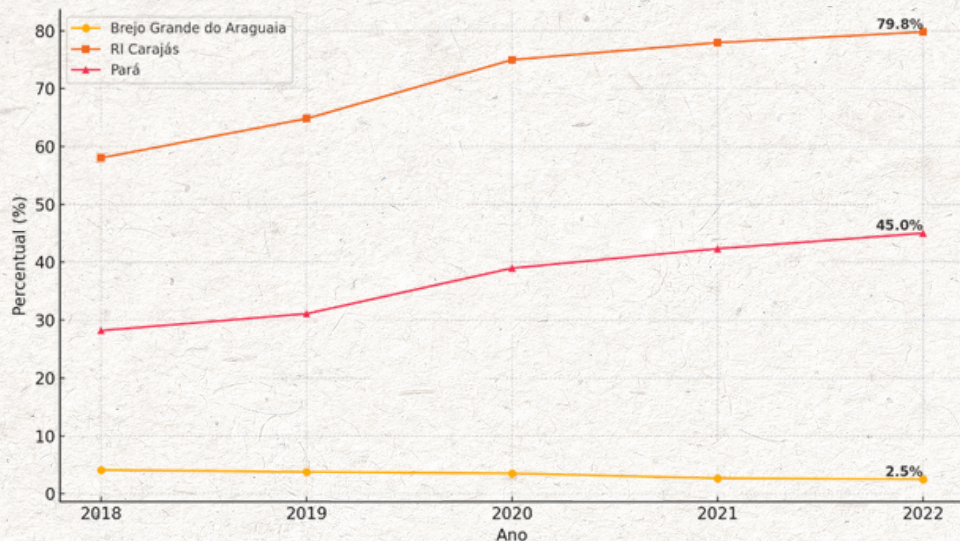


O indicador de valor adicionado da indústria em Brejo Grande do Araguaia manteve-se baixo e praticamente estagnado. Em 2018, a participação industrial no PIB era de 3,9%, caindo para 3,5% em 2019 e mantendo-se nesse nível em 2020. Em 2021, houve novo recuo para 2,9%, encerrando 2022 com o menor percentual do período: 2,5%. Esse comportamento demonstra a baixa representatividade do setor industrial na economia local, o que pode estar relacionado à predominância de atividades agropecuárias e à ausência de infraestrutura ou incentivos para o desenvolvimento do setor secundário. Em contrapartida, a RI Carajás apresentou crescimento robusto, passando de 57,8% em 2018 para 79,8% em 2022 (Gráfico 17).

O estado do Pará também registrou aumento constante da participação industrial, iniciando com 28,4% em 2018 e chegando a 45,0% em 2022. Esses dados confirmam o papel decisivo da indústria, especialmente a extrativa mineral, na composição do PIB estadual e regional. A estagnação de Brejo Grande no indicador é preocupante, pois limita a geração de empregos de maior valor agregado e reduz o dinamismo econômico. Para reverter esse cenário, são necessários investimentos em cadeias produtivas locais, capacitação de mão de obra e integração logística que viabilize a instalação de indústrias de transformação, agregando valor à produção local (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Brejo Grande do Araguaia, o número de profissionais da ciência cresceu de 14,6 em 2019 para 14,2 em 2020, alcançando 21,3 em 2021 e o pico de 25,9 em 2022. No entanto, em 2023, houve queda abrupta para apenas 2 profissionais por 100 mil habitantes. Já a RI Carajás manteve estabilidade, com 18,4 en-

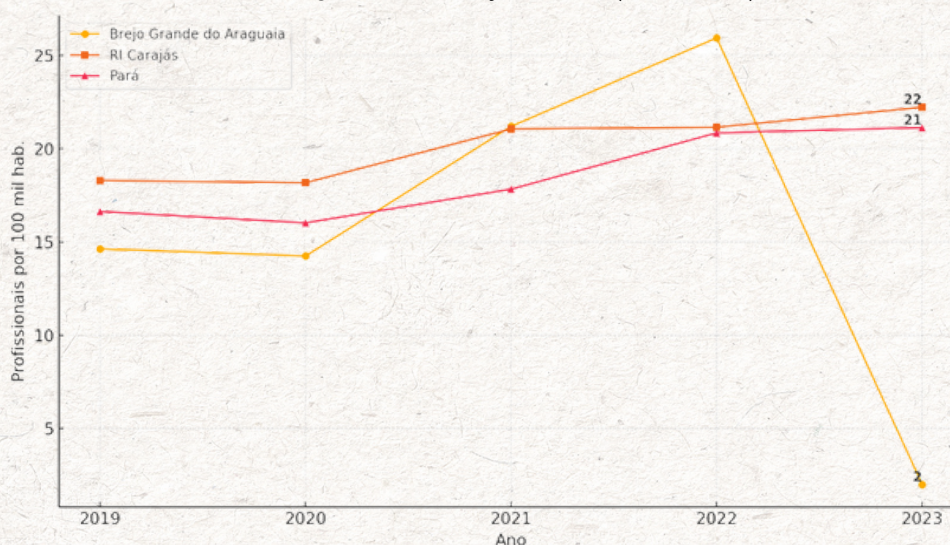


A queda acentuada em Brejo Grande em 2023 rompe a tendência de crescimento e sinaliza possível êxodo desses profissionais ou descontinuidade de políticas locais de ciência e tecnologia. A estabilidade da RI Carajás e do Pará aponta para maior capacidade de retenção ou valorização dessa força de trabalho. A discrepância destaca a vulnerabilidade do município em manter capital humano científico, comprometendo o desenvolvimento tecnológico e o acesso à inovação local (Gráfico 18).

tre 2019 e 2020, subindo para 21,0 em 2021 e encerrando 2023 com 22. O estado do Pará seguiu trajetória semelhante, indo de 16,7 em 2019 para 21,0 em 2023 (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



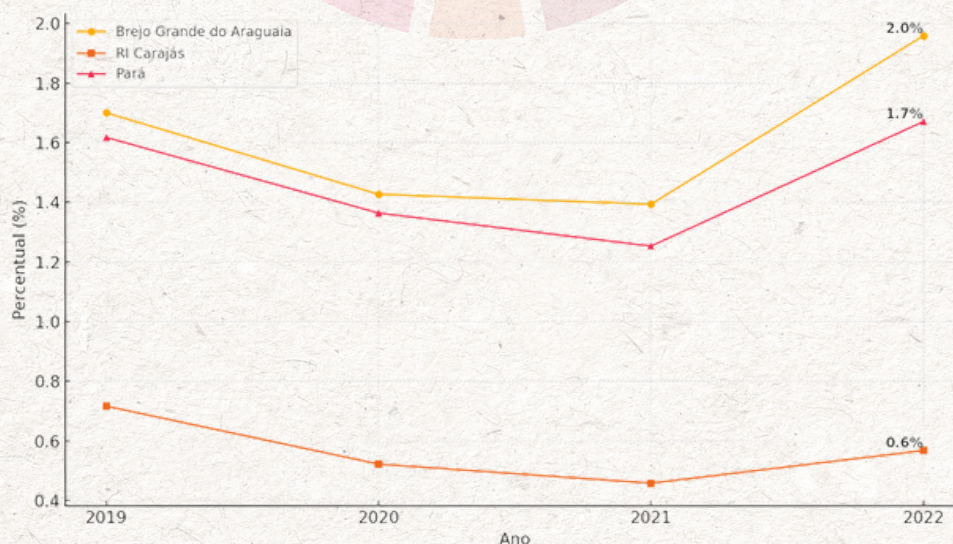
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Brejo Grande do Araguaia, a massa salarial dos vínculos formais representava 1,69% do PIB em 2019. Esse percentual caiu para 1,42% em 2020, recuando levemente para 1,39% em 2021, mas houve recuperação acentuada em 2022, quando o indicador atingiu 2%. A RI Carajás iniciou em 0,72% em 2019, caiu para 0,53% em 2020 e chegou a 0,45% em 2021, com discreta recuperação para 0,57% em 2022. O estado do Pará passou de 1,61% em 2019 para 1,34% em 2020, 1,26% em 2021 e 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

Esses dados mostram que, embora a massa

salarial formal seja proporcionalmente mais relevante para a economia de Brejo Grande, ela sofreu oscilações até se recuperar em 2022. A RI Carajás, apesar de ter PIB elevado, apresenta baixo peso relativo dos salários formais, sugerindo forte presença de atividades intensivas em capital e com baixa formalização. O estado do Pará mostra trajetória semelhante à do município, com recuperação parcial após a pandemia. A retomada de Brejo sinaliza possível reaquecimento do mercado de trabalho formal, mas ainda concentrado em setores de menor peso econômico (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

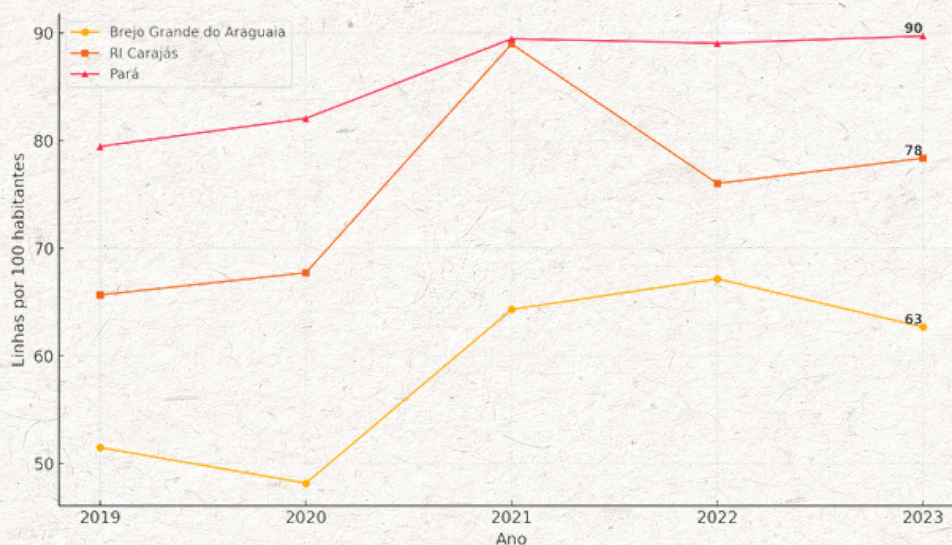
Em Brejo Grande do Araguaia, o acesso à telefonia móvel oscilou entre 2019 e 2023. O número de linhas por 100 habitantes era 52 em 2019, caiu para 48 em 2020, subiu para 64 em 2021, atingiu 67 em 2022, mas recuou para 63 em 2023. A RI Carajás apresentou um pico em 2021 com 89 linhas, mas reduziu para 78 em 2023. O Pará manteve crescimento estável, saindo de 79 em 2019 para 90 linhas por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 20).

O município segue abaixo da média regional e estadual, embora tenha apresentado evolução até 2022. A instabilidade pode indicar dificuldades de cobertura ou acesso econômico ao serviço. A RI Carajás se destaca por maior variabilidade, enquanto o Pará mostra constância e progressivo aumento na conectividade móvel. O dado sugere que Brejo Grande ainda enfrenta desafios de infraestrutura e inclusão digital (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

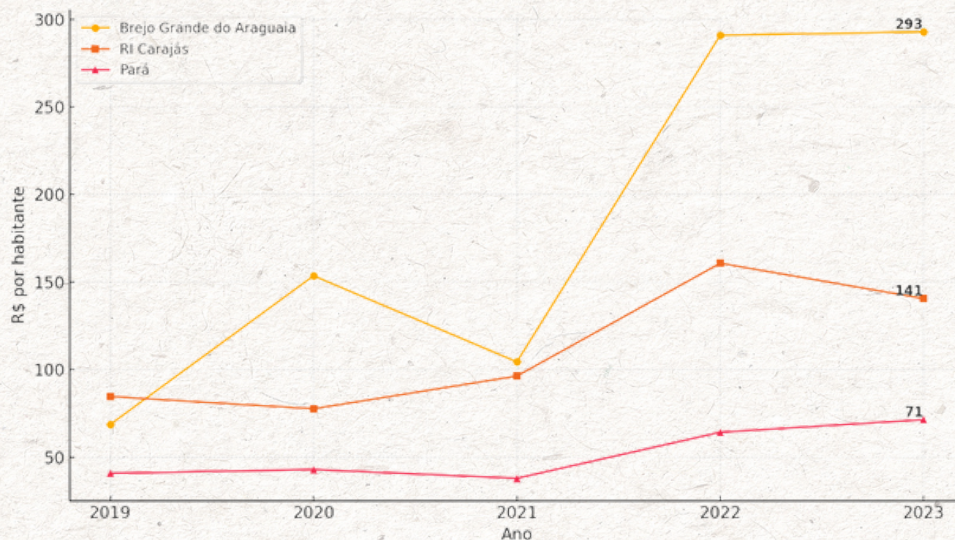
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Brejo Grande do Araguaia demonstrou elevação acentuada nas despesas públicas com cultura e gestão ambiental. Em 2019, o gasto era de R\$ 68,7 por habitante, saltando para R\$ 153 em 2020, recuando para R\$ 105 em 2021 e atingindo o pico de R\$ 293 em 2022, valor mantido em 2023. A RI Carajás oscilou entre R\$ 88 (2019) e R\$ 141 (2023). O Pará apresentou valores mais baixos, saindo de R\$ 39 (2019) para R\$ 71 (2023) (Gráfico 21).

Esse avanço em Brejo indica priorização crescente de políticas culturais e ambientais, especialmente a partir de 2022. O município passou a liderar o gasto per capita entre os três níveis territoriais. Apesar disso, ainda é necessário verificar se os investimentos são acompanhados por resultados estruturais. A RI Carajás também investiu, porém em patamar mais moderado, enquanto o estado mantém baixa execução nessa área (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



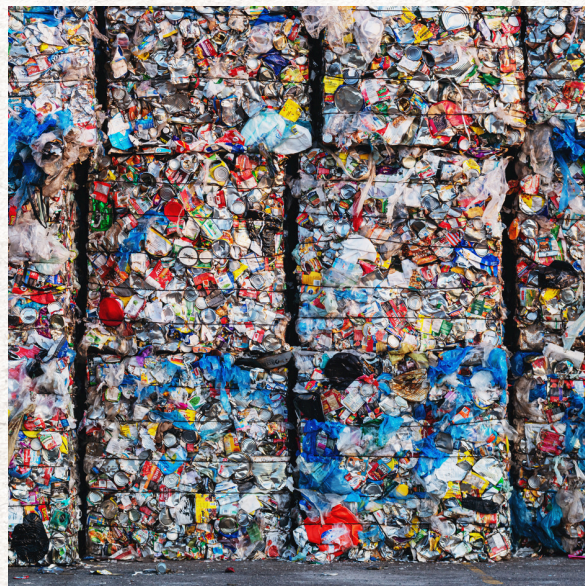
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

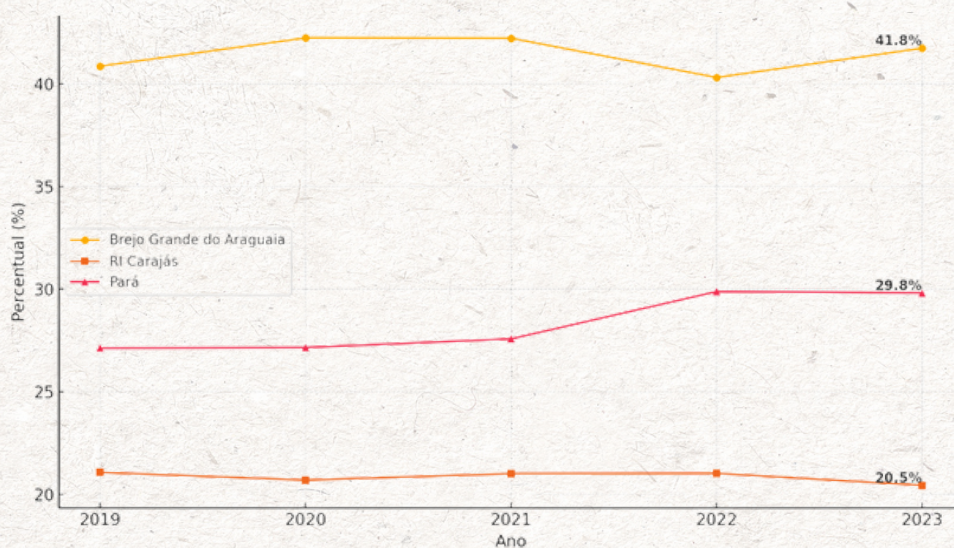


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em 2019, 41,0% da população de baixa renda de Brejo Grande do Araguaia queimava ou enterrava lixo, subindo para 42,6% em 2020 e mantendo-se em 2021 e 2022. Em 2023, o índice caiu para 41,8%, retornando próximo ao valor inicial. A RI Carajás manteve-se estável, com pequena oscilação em torno de 21%. Já o Pará foi de 27,2% (2019) para 29,8% (2023), com crescimento constante (Gráfico 22).

Brejo Grande apresenta o maior percentual entre os três territórios, refletindo a ausência de coleta regular de resíduos em áreas de baixa renda. Apesar de pequenos recuos, os índices continuam elevados, indicando baixa efetividade de políticas de saneamento. A estabilidade da RI Carajás e a tendência de alta no estado mostram que o problema é estrutural e generalizado, exigindo investimentos em infraestrutura e educação ambiental (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

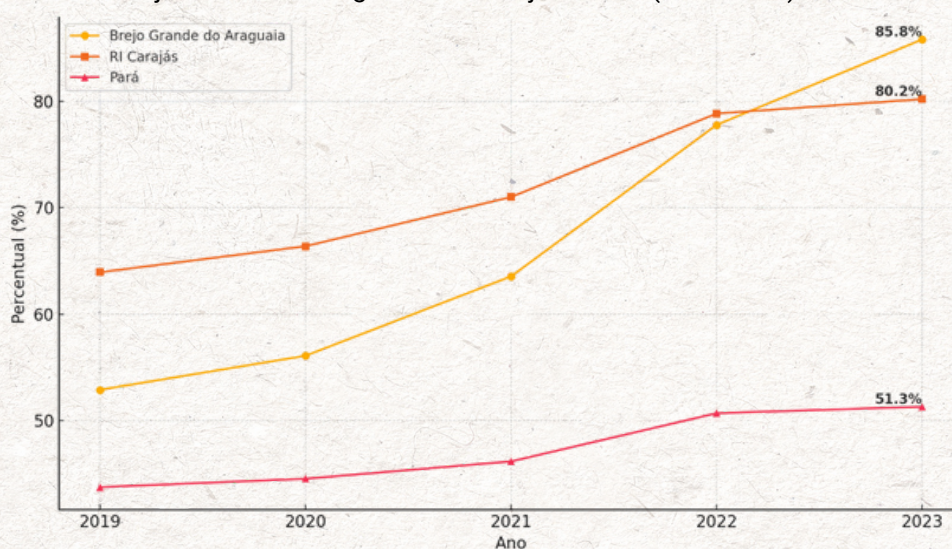
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Brejo Grande do Araguaia, o percentual de pessoas de baixa renda com fossa rudimentar era de 52,8% em 2019, subindo para 56,2% em 2020, 63,7% em 2021 e chegando a 78,3% em 2022 e 85,8% em 2023. A RI Carajás partiu de 63,6% em 2019 e subiu para 80,2% em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 43,3% e cresceu para 51,3% no mesmo período (Gráfico 23).

A tendência ascendente nos três níveis evi-

dencia uma piora na cobertura de saneamento adequado entre a população de baixa renda. Em Brejo Grande, a proporção cresceu de forma mais intensa, tornando-se a maior entre os três territórios. Esse cenário sugere ausência de rede de esgoto ou políticas compensatórias. A dependência da fossa rudimentar compromete a saúde pública e a sustentabilidade ambiental, exigindo respostas urgentes do poder público (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 85,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

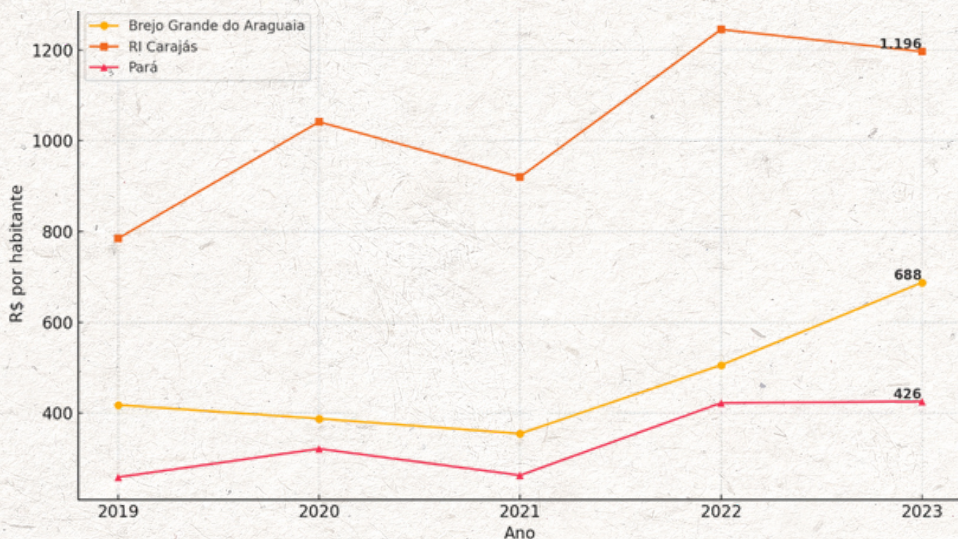
Gastos per capita com prevenção de desastres

Brejo Grande do Araguaia iniciou o período em 2019 com um gasto per capita de R\$ 419, valor que caiu para R\$ 389 em 2020 e R\$ 355 em 2021. A partir de 2022, observa-se uma retomada com R\$ 514, e em 2023 o município atinge seu maior patamar da série: R\$ 688 por habitante. A Região de Integração (RI) Carajás apresentou valores significativamente superior durante todo o período, indo de R\$ 790 (2019) a R\$ 1.196 (2023), com pico em 2022 (R\$ 1.248). O estado do Pará iniciou em R\$ 263, alcançou R\$ 426 em 2023, também em crescimento (Gráfico 24).



A evolução recente do município indica uma priorização crescente das políticas de prevenção a desastres, com aumento acumulado de 64,3% entre 2019 e 2023. Apesar da melhoria, os valores ainda são inferiores aos da RI Carajás, que lidera o indicador com forte investimento ao longo dos anos. O estado também ampliou seus esforços, ainda que em ritmo mais moderado. A ampliação do gasto em Brejo é um sinal positivo, mas a diferença entre os territórios sugere disparidades na capacidade de planejamento, recursos disponíveis e vulnerabilidades locais (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 688/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O município de Brejo Grande do Araguaia apresentou valores elevados e relativamente estáveis em quase toda a série histórica. Em 2019, o gasto foi de R\$ 204 por habitante, caiu levemente para R\$ 200 em 2020, subiu para R\$ 225 em 2021, teve queda significativa em 2022 (R\$ 144), e se recuperou em 2023, atingindo R\$ 212. O estado do Pará teve comportamento mais volátil, saindo de R\$ 183 em 2019 para R\$ 277 em 2020, recuando para R\$ 179 em 2022 e voltando a subir para R\$ 287 em 2023. Já a RI Carajás manteve-se em patamar inferior, com R\$ 33 em 2019 e R\$ 25 em 2023, mesmo após oscilações (Gráfico 25).

Brejo se manteve acima da média regional e, em alguns anos, se aproximou dos níveis do estado, evidenciando esforço contínuo na área de preservação hídrica. A queda em 2022 pode indicar contenção orçamentária ou readequações de política ambiental, mas a retomada no ano seguinte reverteu a tendência. A RI Carajás, apesar do elevado PIB per capita, destina poucos recursos para essa função. A política municipal, portanto, demonstra protagonismo relativo no tema, sugerindo uma maior sensibilidade local às questões relacionadas à água e ecossistemas aquáticos (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

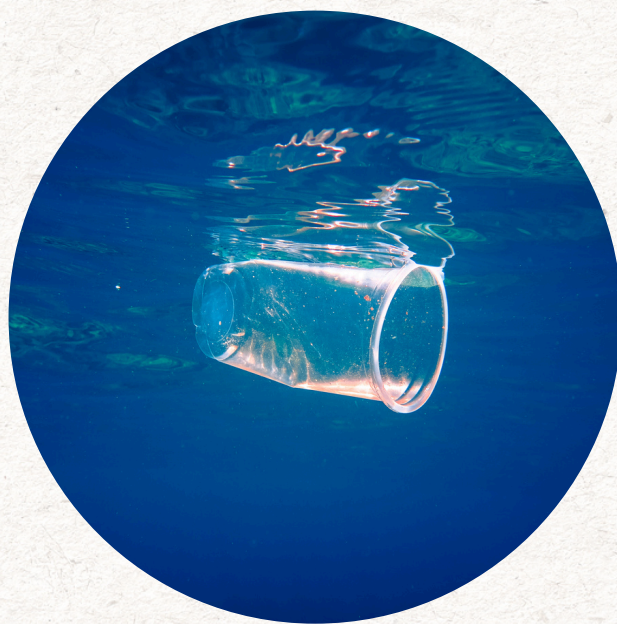
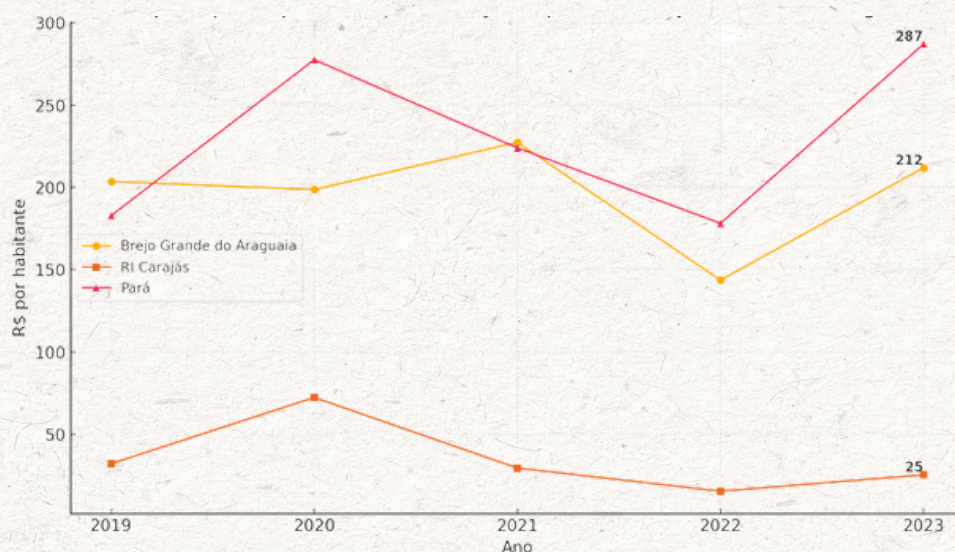




Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 212/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

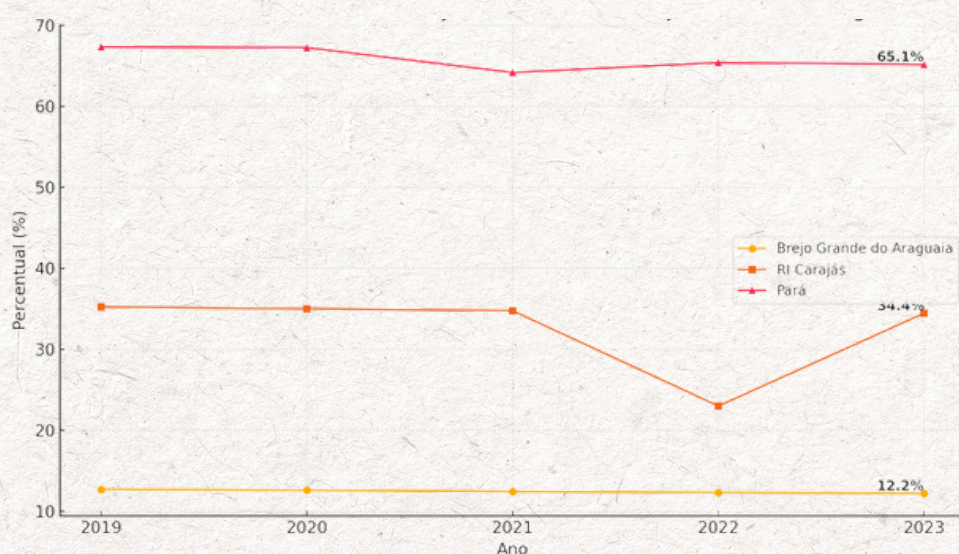
Em Brejo Grande do Araguaia, o percentual da área de floresta permaneceu estável entre 2019 e 2022 em 12,7%, recuando levemente para 12,2% em 2023. A RI Carajás manteve-se em 35,2% entre 2019 e 2021, mas sofreu queda expressiva para 23,5% em 2022, seguida de recuperação parcial para 34,4% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve-se acima dos 65% durante todo o período, saindo de 67,0% em 2019 para 65,1% em 2023, com pequenas variações anuais (Gráfico 26).

O município apresenta o menor percentual de cobertura

florestal entre os três territórios, com taxa cerca de cinco vezes inferior à média estadual, refletindo um cenário de grande supressão vegetal histórica. A manutenção do índice indica estagnação na recomposição florestal ou ausência de políticas eficazes de recuperação. A forte oscilação na RI Carajás sugere possíveis mudanças metodológicas, atualização cartográfica ou variações reais associadas à expansão econômica regional. Já o estado mantém estabilidade e alta cobertura, compatível com sua relevância ambiental na Amazônia Legal (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

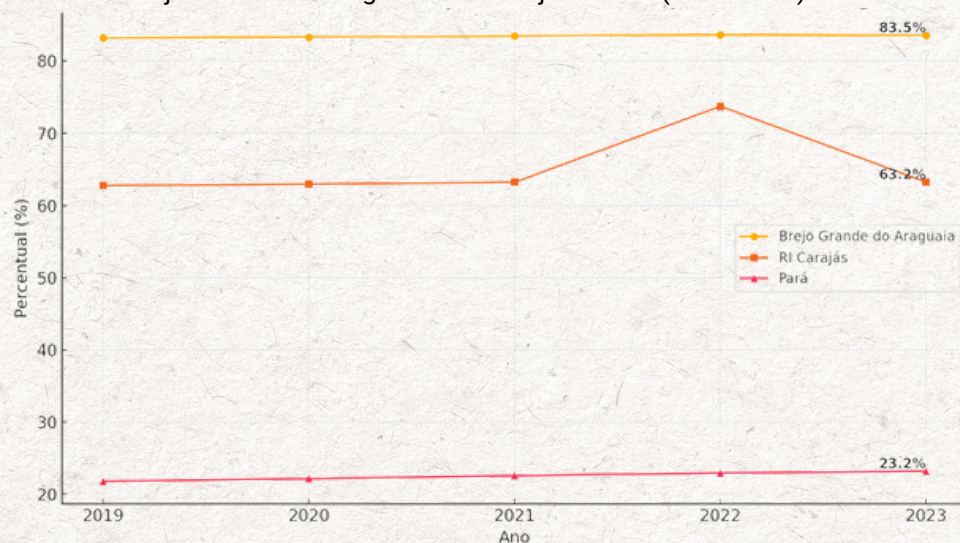
Brejo Grande do Araguaia apresenta o mais elevado percentual de área desmatada entre os territórios analisados, com 83,5% de sua área total desmatada desde 2019. Esse valor permaneceu constante até 2023. A RI Carajás iniciou em 63,2% em 2019 e manteve-se estável até 2021, mas teve salto para 74,3% em 2022, voltando para 63,2% em 2023. Já o estado do Pará apresentou baixo percentual em termos relativos, subindo ligeiramente de 21,5% (2019) para 23,2% (2023) (Gráfico 27).

O padrão de Brejo Grande indica perda histórica e prati-

camente irreversível de cobertura florestal, com um cenário consolidado de uso do solo voltado a atividades antrópicas. A estabilidade do indicador sugere que o desmatamento remanescente é pequeno ou que há limitação na capacidade de reflorestamento. A RI Carajás teve um comportamento atípico em 2022, que pode ser reflexo de revisões nos dados ou avanço do desmatamento pontual. A baixa proporção de área desmatada no estado, mesmo com expansão agrícola, reafirma a importância de políticas de conservação ambiental em escala macro (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

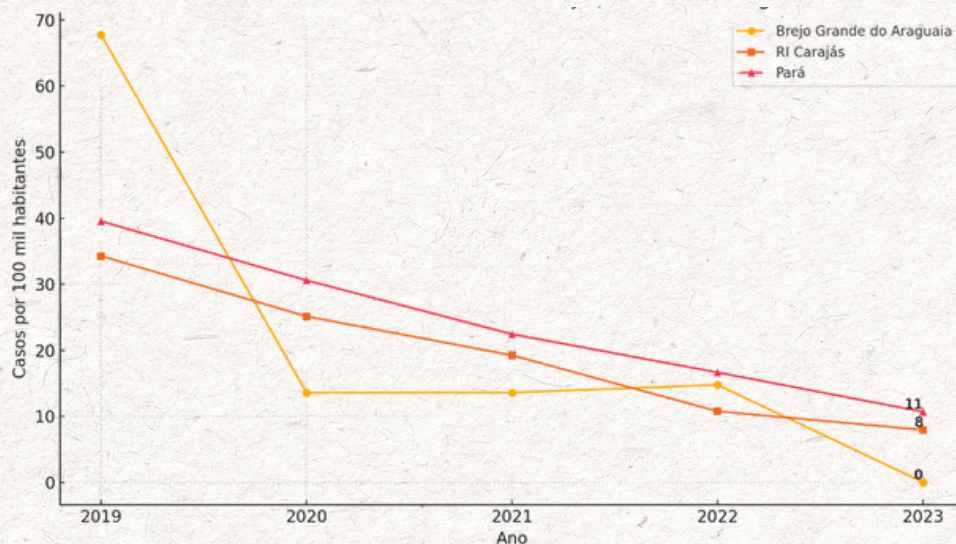
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Brejo Grande do Araguaia, o trabalho infantil apresentou forte redução ao longo do período. Em 2019, o município registrava 68 casos por 100 mil habitantes, valor que caiu drasticamente para 14 em 2020 e manteve-se estável em 2021 e 2022. Em 2023, atingiu o valor mais baixo da série: 0 caso por 100 mil. A RI Carajás passou de 35 (2019) para 8 (2023), enquanto o Pará teve queda de 39 para 11 casos por 100 mil no mesmo período (Gráfico 28).

A trajetória de Brejo evidencia uma política pública eficaz ou revisão de metodologia que culminou na erradicação do indicador em 2023. A redução abrupta de 2019 para 2020 destaca-se no comparativo regional. Tanto o estado quanto a RI seguiram em queda contínua, mas mantêm níveis residuais da prática. O resultado do município, se sustentado, representa um importante marco social e deve ser monitorado para verificar sua consistência nos próximos anos (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

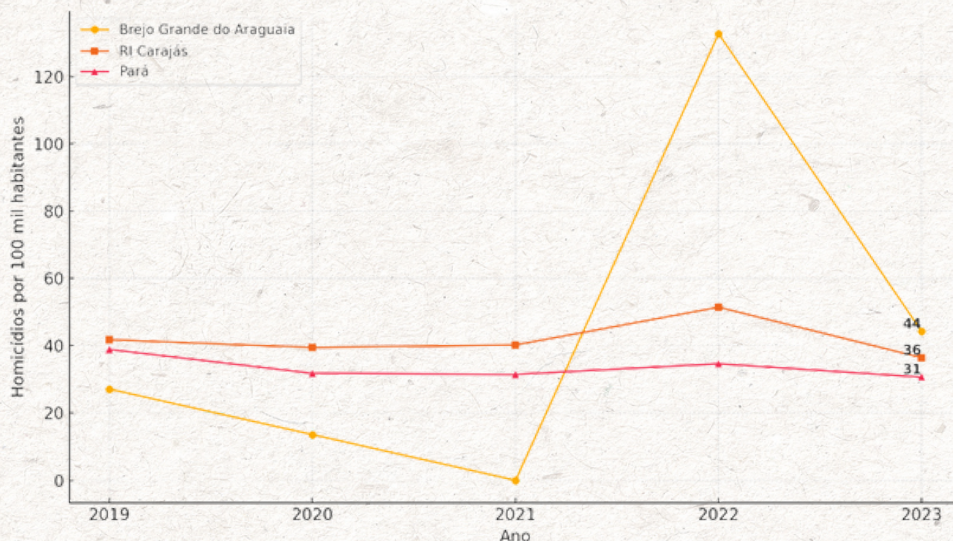
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Brejo Grande do Araguaia oscilou significativamente entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor era de 27 por 100 mil habitantes, caindo para 14 em 2020 e 0 em 2021. Contudo, houve um pico alarmante em 2022, quando a taxa saltou para 132 homicídios por 100 mil, reduzindo-se para 44 em 2023. A RI Carajás variou de 42 (2019) para 36 (2023), e o Pará teve leve queda de 39 para 31 no mesmo intervalo (Gráfico 29).

A explosão do indicador em 2022 no município contrasta com a relativa estabilidade dos níveis estadual e regional. Isso pode refletir um evento específico, como aumento da violência letal em determinado grupo ou localidade. A queda subsequente para 2023 ainda o mantém acima da média estadual. O episódio ressalta a importância de políticas de segurança pública direcionadas e monitoramento contínuo dos fatores de risco locais (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

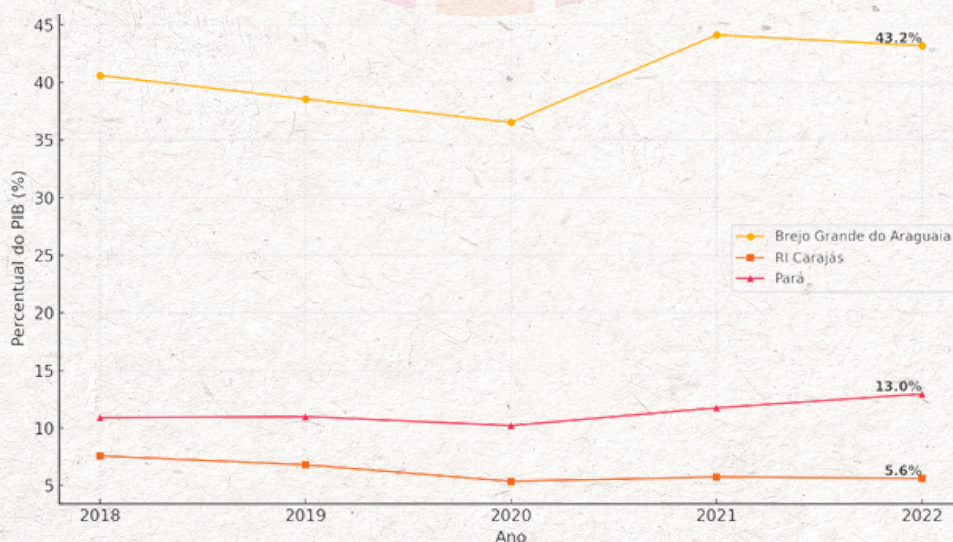


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Brejo Grande do Araguaia apresentou um gasto público municipal elevado em relação ao seu PIB ao longo do período analisado. Em 2018, esse percentual era de 40,6%, caindo para 38,6% em 2019 e 36,7% em 2020. Em 2021, houve uma elevação expressiva para 44,2%, com ligeira redução em 2022 para 43,2%. A Região de Integração (RI) Carajás, por sua vez, variou de 7,7% em 2018 para 5,6% em 2022, enquanto o estado do Pará oscilou entre 10,8% e 13,0% no mesmo intervalo (Gráfico 30).

A alta proporção do gasto público em relação ao PIB em Brejo Grande indica uma economia local fortemente dependente das finanças públicas. Apesar da leve retração até 2020, o município intensificou os gastos a partir de 2021, possivelmente como resposta a demandas pós-pandemia ou aumento da capacidade de arrecadação. Em contraste, a RI Carajás manteve percentuais baixos, refletindo seu elevado PIB e menor peso da administração pública na economia. O estado do Pará manteve crescimento gradual e proporcionalmente mais equilibrado (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

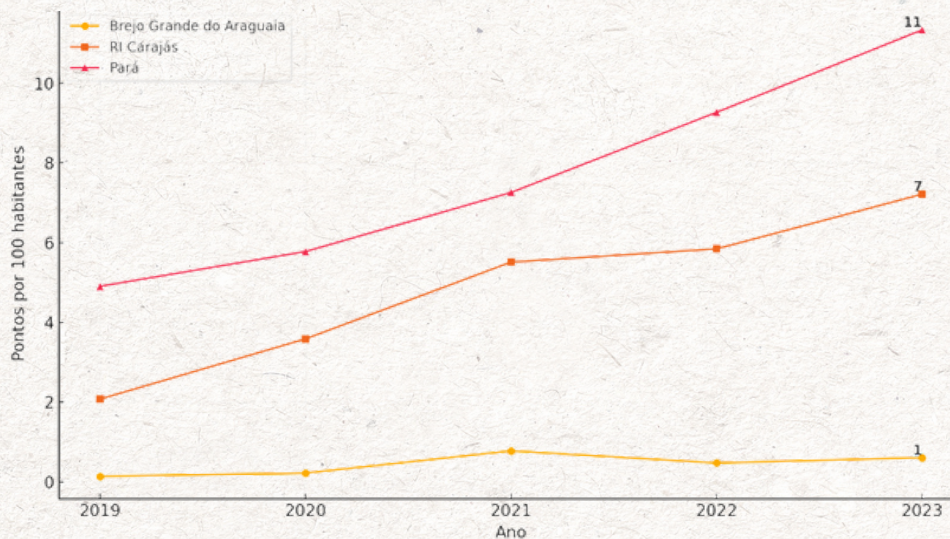
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Brejo Grande do Araguaia apresentou baixa taxa de acesso à banda larga fixa durante todo o período. Em 2019, registrava apenas 0,1 ponto por 100 habitantes, subindo para 0,2 em 2020 e 0,8 em 2021. Houve recuo para 0,5 em 2022 e leve recuperação para 1,0 em 2023. A RI Carajás teve avanço mais consistente, de 2,1 em 2019 para 7,0 em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento contínuo, de 5,0 pontos em 2019 para 11,0 em 2023 (Gráfico 31).

O desempenho de Brejo Grande evidencia atraso significativo na infraestrutura de conectividade digital, mesmo com avanços pontuais. A taxa de 1,0 em 2023 ainda está bem abaixo da média estadual, o que pode limitar o acesso à informação, educação e serviços. Já a RI Carajás apresenta evolução mais expressiva, ainda que inferior ao ritmo estadual. A ampliação da banda larga deve ser prioridade estratégica para garantir inclusão e desenvolvimento local mais equilibrado (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

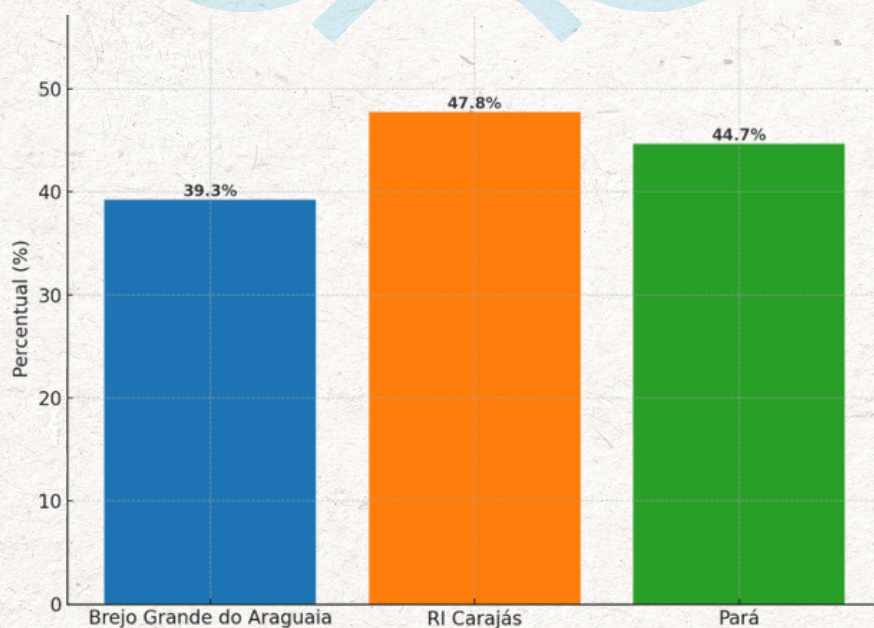
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Brejo Grande do Araguaia** registrou um IDS de **39,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Brejo Grande do Araguaia x RI Carajás x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



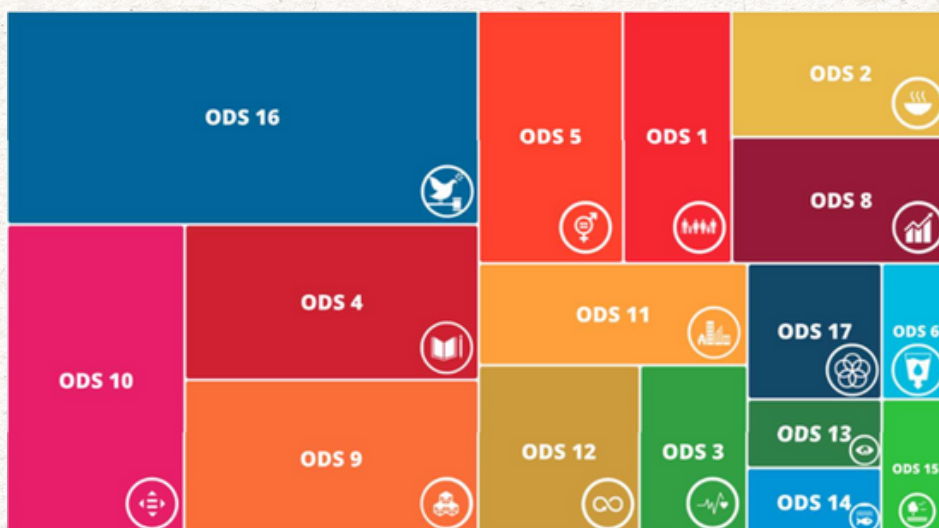
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Brejo Grande do Araguaia na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Brejo Grande do Araguaia e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

